

60 ANOS DO GOLPE

Lula evita se opor a militares e trava comissão

Um ano após Ministério dos Direitos Humanos propor recriar grupo criado na década de 1990 para reconhecer vítimas da ditadura, presidente mantém indefinição se dará aval à iniciativa criticada nas Forças Armadas

JENNIFER GULLART E SÉRGIO ROZO
jgullart@globo.com
srozo@globo.com

No aniversário dos 60 anos do golpe militar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém indefinido o destino do decreto que reinstala a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada em 1995 com o objetivo de reconhecer e encontrar vítimas do regime. Pessoas próximas ao petista afirmam que ele tem protelado uma decisão de recriar o grupo, encerrado no governo de Jair Bolsonaro, para não correr risco de reabrir feridas com militares em um momento em que a relação do Planalto com o Exército está "estabilizada".

Criticada por aliados, a postura de Lula sobre o assunto também é vista por auxiliares como um gesto ao trabalho feito pelo comandante do Exército, Tomás Paiva, nos quartéis. A avaliação é que o general conseguiu acalmar ânimos desde a tensão criada com os atos do 8 de janeiro e o envolvimento de militares nas discussões de uma suposta trama golpista no governo passado. Paiva também garantiu a Lula que não haveria nenhuma manifestação sobre a data na caserna.

No Planalto, o temor é que

a recriação da comissão possa recrudesce um clima hostil entre os oficiais. Em novembro, o presidente do Superior Tribunal Militar, José-Ilí Parente Camelo, afirmou à coluna de Malu Gaspar ser "completamente desnecessária" a criação do colegiado, verbalizando um desconforto de outros integrantes das Forças Armadas.

Embanho-maria desde março do ano passado, a proposta de recriação da comissão foi apresentada pelo Ministério dos Direitos Humanos e ainda aguarda um parecer do Ministério da Justiça. O Ministério da Defesa, segundo integrantes da pasta, já se posicionou de forma favorável.

A demora para uma decisão sobre a retomada dos trabalhos da comissão tem gerado pressão por parte do PT, partido do presidente. A bancada da legenda na Câmara divulgou uma nota na quinta-feira na qual diz ser "fundamental a recriação imediata da Comissão". "Trata-se de instrumento essencial para investigar, esclarecer e reconhecer os casos de mortos e desaparecidos políticos em nosso país", afirma.

Na mesma nota em que defendeu a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a bancada do PT relaciona o gol-



Distensão. Lula com os comandantes das Forças Armadas durante cerimônia do Dia do Exército

Q "Não adianta esquecer o passado porque ele se manifesta no presente, como foi o caso do 8 de janeiro"

Rui Falcão, deputado do PT

pe de 1964 com o 8 de janeiro. "Lamentavelmente, ainda há segmentos na sociedade brasileira, inclusive com presença no Estado, abertamente saudados dos anos de chumbo, que mantêm práticas autoritárias e truculentas, defendem rupturas do regime democrático e promovem revisionismo histórico para negar o caráter autoritário, ditatorial e violento do regime militar. A tentativa de golpe ocorrida no

dia 8 de janeiro de 2023 enquadra-se nesse contexto." O deputado Rui Falcão (PT-SP) é um dos que quer celeridade na abertura da comissão para que famílias de desaparecidos políticos possam obter atestado de óbito de vítimas do regime: "Espero que o decreto seja publicado o mais rápido possível. Não adianta esquecer o passado porque ele se manifesta no presente, como foi o

caso da tentativa do 8 de janeiro — disse ele.

No começo de março, o Ministério Público Federal recomendou que o governo recrie a comissão em um prazo de 60 dias.

Caso a comissão seja recriada, um dos trabalhos que o grupo deve retomar é a identificação de ossadas encontradas na Vale Cladestina de Brus, na Zona Oeste de São Paulo. O local foi usado pelos militares para esconder o corpo de opositores do regime.

SEM MANIFESTAÇÕES

Dentro do PT, também há críticas à decisão de Lula de proibir manifestações do governo sobre os 60 anos de golpe, inclusive na ala moderada. Líderes da legenda acreditam que o governo deveria marcar a sua posição como defensor da democracia, até porque esse foi um dos temas da campanha vitoriosa de 2022.

Para o grupo, Lula poderia participar de um ato solene em que exaltasse os militares que seguem a lei e condenasse os que decidiram tomar o poder em 1964. Os aliados do presidente avaliam que o episódio não traria desgaste ao governo entre o eleitorado de centro e direita, inclusive, para demarcar posição em contraposição aos bolsonaristas.

Presidente promove general que nomeou delegado do caso Marielle

Richard Nunes bancou escolha de Rivaldo Barbosa, preso acusado de planejar o crime



Promoção. O general Richard Nunes, secretário de Segurança no Rio durante o caso Marielle, foi nomeado por Lula para comandar o Estado-Maior do Exército, segundo maior posto da Força

ALICE CRAVO
alice.craivo@globo.com
brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou na sexta-feira o general Richard Nunes para o segundo maior posto do Exército. Ele vai assumir o comando do Estado-Maior da Força. O militar era secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro durante a intervenção militar no estado, época do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

A promoção do militar já era prevista e foi concretizada em reunião entre Lula, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e os comandantes das Forças Armadas na última quinta-feira. O gesto demonstra mais um aceno do presidente aos

militares, que vem modulando as declarações sobre os eventos dos 60 anos do golpe militar: "página virada", já disse o presidente.

Em 2018, Richard Nunes foi o responsável pela indicação do delegado Rivaldo Barbosa para a chefia da Polícia Civil do estado do Rio. A sugestão do nome ocorreu uma semana antes do assassinato da vereadora Marielle Franco, e o policial tomou posse na véspera do crime. Barbosa foi preso no último dia 24 por suspeita de planejar "meticulosamente" a execução de Marielle e de sabotar as investigações enquanto esteve à frente da corporação, entre março e dezembro de 2018.

Na época, quem assinou a nomeação do delegado foi o general Walter Braga Netto, interventor de Segurança

Pública do estado durante o governo Michel Temer.

O general Richard Nunes é citado no relatório da Polícia Federal como a pessoa que bancou a nomeação de Rivaldo Barbosa ao cargo, mesmo após o setor de inteligência da Polícia Civil não recomendá-lo para o posto. Na última semana, o oficial do Exército afirmou que pode ter sido "ludibriado" para realizar a nomeação.

ATAQUE BOLSONARISTA

No fim do governo de Jair Bolsonaro, Richard Nunes foi atacado por apoiadores do ex-presidente. Seu nome e foto circularam em grupos nas redes sociais por não apoiar a tentativa de golpe.

Em um artigo, ele afirmou que "insultos" e "ataques arrematados" buscavam "atingir a essência" do Exército.

APRESENTANDO

**Sem abaixar.
Sem encostar.
Sem pegadinha.**

**SKECHERS
HANDS FREE
Slip-ins**



CHEGA DE ABAIXAR
NUNCA MAIS TOQUE NOS SEUS CALÇADOS
LAVÁVEL NA MÁQUINA

É SÓ CALÇAR E SAIR

Apresentamos o novo Skechers Hands Free Slip-ins. Calçar os seus sapatos nunca foi tão fácil. Sem abaixar. Sem puxar. Sem dificuldades. O design único **Heel Pillow™** mantém seus pés seguramente no lugar!

SIMPONATE PARA HOMENS, MUHERES E CRIANÇAS
THE COMFORT TECHNOLOGY COMPANY™